
Mulheres na política: a cobertura jornalística feminista sobre as eleições 2022¹

Jaqueline Andriolli SILVA²

Karina Janz WOITOWICZ³

Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, PR

RESUMO

O artigo apresenta uma análise da cobertura jornalística realizada pelos portais *Catarinas*, *Gênero e Número* e *Nós, Mulheres da Periferia* identificando um diferencial no modo de pautar e visibilizar as mulheres na disputa eleitoral de 2022. No total, foram 24 publicações no portal *Catarinas*, 9 no *Gênero e Número* e 15 no *Nós, Mulheres da Periferia*, sobre a temática eleições publicadas durante o período eleitoral de 2022. Os resultados evidenciam o papel do jornalismo alternativo feminista na projeção de candidaturas de mulheres e na defesa da ampliação da democracia com a inserção das mulheres nos espaços de representação.

PALAVRAS-CHAVE: Portais feministas; Jornalismo alternativo; Política; Mulheres; Disputa Eleitoral.

INTRODUÇÃO

Este artigo é um recorte da pesquisa de mestrado que tem o objetivo de compreender como os portais alternativos feministas *Portal Catarinas*, *Gênero e Número* e *Nós, Mulheres da Periferia* realizaram a cobertura sobre as mulheres na política através da análise de enquadramento das reportagens publicadas durante a campanha eleitoral de 2022. Busca-se evidenciar papel do jornalismo alternativo feminista na projeção de candidaturas de mulheres e na defesa da ampliação da democracia com a inserção das mulheres nos espaços de representação. No período de 16 de agosto a 30 de outubro (datas que marcam o início da campanha eleitoral de 2022 e o fim do segundo turno), foram mapeadas 48 publicações que tematizam a participação das mulheres na política e, principalmente, a divulgação de candidaturas.

Para o campo do jornalismo, a contribuição desta pesquisa é fortalecer as relações entre os estudos de jornalismo, gênero e política, objetivando compreender a

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação, Alteridade e Diversidade do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação na etapa remota de 28 a 31 de agosto de 2023.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) e bolsista pela CAPES. Integra o grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero, email: jaqueandriolli@gmail.com.

³ Orientadora do trabalho. Professora Dra. do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Uma das coordenadoras do grupo de pesquisa Jornalismo e Gênero. Bolsista de produtividade em Pesquisa pelo CNPq, email: karinajw@gmail.com.

prática jornalística de portais alternativos feministas no contexto específico das disputas eleitorais de 2022, a partir do levantamento empírico e da articulação teórica. Dessa forma, o trabalho traz primeiramente dados e aspectos gerais sobre as mulheres nas eleições de 2022, foram identificações feitas a partir do site do Tribunal Superior Eleitoral. Depois, contribuições do jornalismo alternativo com perspectiva de gênero e seu diferencial na cobertura política sobre mulheres, para então apresentar os procedimentos metodológicos e os resultados parciais da pesquisa.

ASPECTOS GERAIS SOBRE AS MULHERES NAS ELEIÇÕES 2022

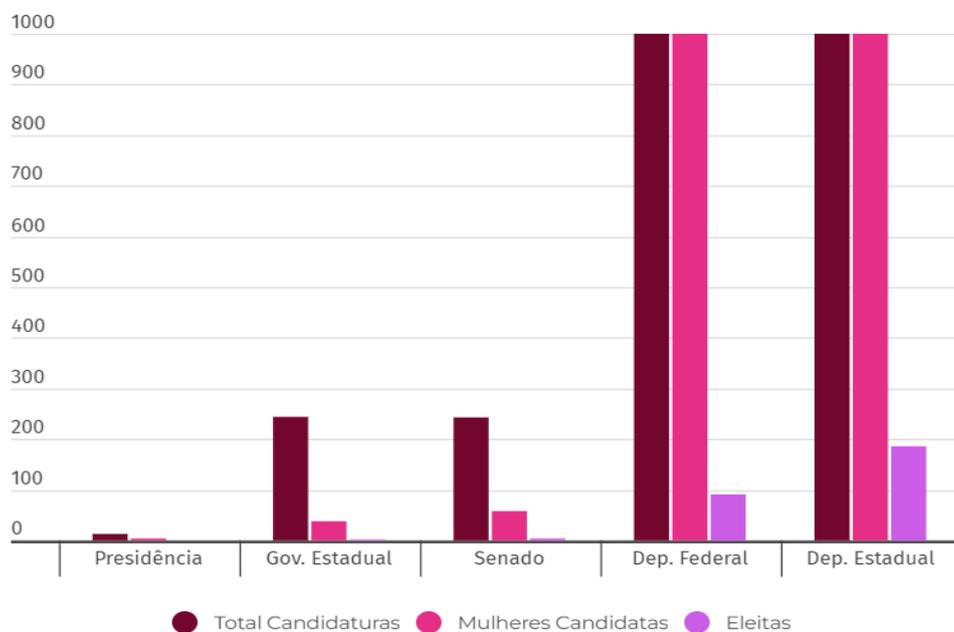
O cenário atual no qual se insere a participação feminina na política brasileira ainda é difícil. Elas formam 52% do eleitorado do país, segundo dados do TSE da última eleição (2022). E representaram 33,8% das inscrições para concorrer a um cargo eletivo nas eleições de 2022 (TSE)⁴, quando somadas todas as candidaturas⁵. O país possui a lei de cotas que estabelece 30% de candidaturas para cada sexo nas eleições desde 1997⁶, no entanto, as mulheres conseguiram ultrapassar os 30% de candidaturas apenas em 2016. Apesar do mínimo de cotas ser atingido nas candidaturas somadas, a realidade sobre elegibilidade de mulheres é bem diferente, como é possível verificar no gráfico abaixo:

⁴ Todos os dados sobre mulheres nas eleições de 2022 foram retirados da plataforma da Justiça Eleitoral, “TSE Mulheres”, disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/>.

⁵ Isso porque ao verificar as candidaturas para cada cargo separadamente, a cota ainda não é cumprida. Para governos estaduais elas representaram 17% das candidaturas e no senado 23,9% (TSE, 2022).

⁶ Lei de cotas para mulheres nas candidaturas eleitorais disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19504.htm.

Gráfico 1 – Elegibilidade de mulheres nas eleições 2022



Fonte: Autoras (2023) com dados do TSE (2022).

O gráfico traz a relação entre o número total de candidaturas para cada cargo, o número de mulheres candidatas e o total de mulheres eleitas. É possível verificar a grande diferença entre as candidaturas e a elegibilidade para mulheres. Nos governos estaduais, apenas duas mulheres foram eleitas, de 244 candidatas(os). No Senado, 4 eleitas, de 243 candidaturas. Nos cargos de deputadas federais e estaduais o padrão se repete, de 513 eleitas(os), apenas 91 são mulheres no cargo federal e 186 eleitas no estadual de um total de 1035⁷.

De acordo com a pesquisa do Instituto Alziras⁸ entre as principais dificuldades enfrentadas por mulheres na política estão: assédio; violência política por ser mulher; falta de recursos para campanha; violência simbólica; falta de espaço na mídia, em comparação com políticos homens; desmerecimento de seu trabalho ou de suas falas; falta de apoio do partido e/ou base aliada; sobrecarga de trabalho doméstico; e falta de apoio da família. Matos (2021, p. 211) segue na mesma linha ao refletir sobre a violência

⁷ O gráfico acima ultrapassa o número total de candidaturas para os dois cargos, porém, foram 10,6 mil candidaturas para o cargo de deputada(o) federal (3,7 mulheres) e 16,7 mil para deputada(o) estadual, com 5,6 mulheres candidatas.

⁸ Pesquisa do Instituto Alziras sobre prefeitas (2016-2020) no Brasil disponível em: <http://prefeitas.institutoalziras.org.br/>.

política enfrentada por mulheres no Brasil, para ela, a violência é uma “[...] forma de controle e disciplinamento do acesso e permanência das mulheres no campo político parlamentar (das mulheres negras e indígenas e, enfim, de todas as formas de pertencimento social que trazem marcas que não são masculinas, brancas e cis) [...]”. No esforço de definir epistemologicamente a Violência Política de Gênero e Contra as Mulheres a autora escreve:

A Violência Política de Gênero (VPG) e, mais especificamente, a Violência Política Contra as Mulheres (VPCM), revelam-se por meio de atos ou omissões que produzem danos à inserção e à permanência de mulheres nos espaços de poder. Esses dados, por sua vez, violam os direitos políticos do grupo das mulheres (tanto individualmente quanto coletivamente). [...] Essas manifestações de violência possuem, então, um objetivo comum, já que descrevem comportamento agressivos que têm nas mulheres (as mulheres negras e indígenas, ainda mais fortemente) o seu alvo e têm o intuito de fazê-las abandonar a política, pressionando-as a desistir: primeiro, como candidatas; e depois de eleitas, permanece a pressão para forçá-las a se demitirem ou abandonarem o cargo político específico (MATOS, 2021, p. 221).

A autora continua a desenvolver o conceito ao apresentar o cruzamento e os tipos de violência política, relacionando a intersecção entre gênero, raça e classe, e os tipos de violência (simbólica, física, psicológica, econômica e sexual). Azambuja (2014) diferencia a “igualdade formal” de “igualdade de fato”; a primeira inclui as mulheres somente de maneira institucional nos espaços, mas não consegue incluí-las na maneira prática nas instâncias de deliberação, pois “[...] a igualdade formal precisa aliar-se às políticas por igualdade de fato, que podem ser vistas como igualdade material, aliada a igualdade de oportunidades e a igualdade de presença” (2014, p. 112). Para a autora, a necessidade de observar na mídia a presença de mulheres que atuam na política vai além do quantitativo, é preciso também buscar “[...] o modo como se define essa presença, pois se observa que as mulheres, quando aparecem em coberturas jornalísticas, são representadas como atores sociais deslocados do campo político” (2014, p. 112). O cenário apresentado mostra a necessidade de o jornalismo reconhecer e cobrir pautas que evidenciam a complexidade da inserção e permanência de mulheres na política.

JORNALISMO ALTERNATIVO NA PERSPECTIVA DE GÊNERO

Para contrapor discursos que legitimam as lógicas hegemônicas do campo político, é preciso olhar para outros cenários midiáticos, de modo a identificar rupturas e tensões. É nesse sentido que uma das funções do jornalismo alternativo se situa na ampliação de vozes na esfera pública (OLIVEIRA, 2001). Por definição, um meio alternativo deve se apresentar como porta-voz dos movimentos sociais e prezar pela independência política e econômica (SERRANO, 2011), além de defender princípios coletivos. Para Oliveira (2001, p. 62), “[...] o discurso da mídia alternativa é metademocrático pois constrói um espaço onde a própria democracia conceitualmente é refletida e discutida”.

No que se refere à mídia alternativa feminista, é importante colocar em evidência seu comprometimento com a inserção de pautas relativas aos direitos das mulheres, de fontes que visibilizam as vozes femininas e de perspectivas contra-hegemônicas, que oferecem elementos diferenciados na compreensão da realidade social. Apropriar-se da mídia a partir de uma perspectiva voltada às demandas das mulheres representa a possibilidade de produção de discursos capazes de interferir na realidade. Assim, as práticas de portais feministas que compreendem a pesquisa se configuram como expressões de resistência que, ao sustentarem projetos políticos coletivos, aproximam o ideal de transformação das desigualdades de gênero ao terreno das práticas cotidianas.

Os dois portais analisados se caracterizam como alternativos e realizam o que se denomina de jornalismo com perspectiva de gênero. O *Catarinas* atua como um portal de jornalismo especializado em gênero e direitos humanos desde 2016 com uma cobertura mais local e regional, de Florianópolis e municípios da região em Santa Catarina. O *Gênero e Número*, também criado em 2016, busca abordar questões de gênero e raça a partir da interpretação de dados, o enfoque do portal é fazer uma cobertura nacional, com reportagens investigativas e análise de dados. Já o *Nós, Mulheres da Periferia* foi lançado em 2014, primeiramente apresentado como coletivo, depois como empresa jornalística e está localizado em São Paulo. A iniciativa trabalha com jornalismo periférico e discussões sobre classe, raça, gênero e território. Portanto, os portais de notícias alternativos com enfoque em gênero e raça aparecem como uma forma de ampliar o debate público e inserir pautas que não são consideradas pelos veículos tradicionais.

É na busca por respeito e igualdade e pela defesa de direitos que os portais alternativos jornalísticos feministas ou com enfoque em gênero definem sua atuação, como práticas posicionadas, fortemente relacionadas com os movimentos sociais, coletivos e a luta contra-hegemônica. Também são práticas que possuem teorias e reflexões próprias, com importante relação com abordagens que consideram diversos marcadores sociais e a forte presença da perspectiva feminista interseccional, indicando rupturas com a mídia tradicional, seguindo a proposta de desafiar estereótipos de gênero (COSTA, 2018). Ao assumirem uma perspectiva feminista e trabalharem o enfoque de gênero de forma transversal aos conteúdos, os portais feministas possibilitam refletir e promover o debate sobre as mulheres a partir de referenciais que contrastam com a hegemonia dos campos político e midiático. Assim, o jornalismo com enfoque de gênero pode ajudar no combate aos estereótipos e educar os leitores, como uma proposta que atravessa todos os temas de um veículo, em suas diversas seções (CHAHER, 2007).

MÉTODO DA PESQUISA: CRITÉRIOS DE COLETA E ANÁLISE

Com esse aporte teórico base, foram coletadas e classificadas em tabela de Excel todas as publicações durante a campanha eleitoral de 2022 do primeiro e segundo turno, entre os dias 16 de agosto (início da campanha eleitoral) e 30 de outubro (data das votações do segundo turno). A primeira identificação das publicações foi realizada a partir da data de postagem, título, editoria (classificação do portal), abrangência, assunto⁹ (definição da autora), tema geral (mais descritivos), autoria, tags e links das reportagens, mas nem todas as classificações foram utilizadas para este trabalho. A próxima etapa foi selecionar apenas aquelas que se tratava do assunto política/eleições de 2022.

A escolha dos portais se justifica pelo trabalho de reportagem desenvolvido pelos três no acompanhamento de candidaturas femininas e LGBTQIAP+ e pautas sobre eleições. Após a coleta, foi necessário realizar alguns agrupamentos dentro do assunto política/eleições 2022, para tentar identificar tendências e aproximações de cobertura entre os três portais. Após a divisão por eixo temático, o trabalho partiu para uma segunda leitura/análise de cada reportagem. A primeira etapa foi identificar a temática de cada publicação, com o assunto e a abrangência.

⁹ Essa identificação facilitou na hora de dividir as publicações por eixos temáticos.

Para explorar as fontes, foram utilizadas e adaptadas as tipificações de fontes de notícias de Schmitz (2011), classificadas a partir de sua categoria, grupo ou representatividade, ação, crédito e qualificação. Na categoria, as fontes podem ser primárias, aquelas que fornecem a informação, servem como testemunhas do fato, ou secundárias, servem de suporte para confirmar as informações, explicar, interpretar etc. (SCHMITZ, 2011). O grupo ou representatividade serve para identificar a origem da fonte, qual é o tipo de representação que a fonte traz para a notícia, podendo ser: oficial, empresarial, institucional, popular, notável, testemunhal, especializada ou de referência (SCHMITZ, 2011). Nos créditos as fontes podem ser identificadas ou anônimas. Também foram necessárias algumas adaptações e inserções, com isso, a ação e a qualificação das fontes não foram utilizadas.

A COBERTURA JORNALÍSTICA EM POLÍTICA COM ENFOQUE DE GÊNERO

No total, foram encontradas 72 publicações no *Portal Catarinas* e 25 dentro da temática das eleições. O *Nós, Mulheres da Periferia*, totalizou 33 postagens e 15 sobre eleições. Já o *Gênero e Número* publicou 15 reportagens e 9 sobre eleições. Portanto, a análise é composta por 48 publicações. Uma das principais características dos veículos está nos temas que predominam a cobertura geral. Para essa identificar foi necessário classificar as publicações e observar as frequências. Deste modo, a nuvem de palavras abaixo ilustra quais são as temáticas que mais se aparecem nos três portais, além das eleições, no período selecionado. Para melhor leitura, destaca-se que quanto maior for a palavra ou frase na nuvem, mais frequente ela está entre as temáticas.

Figura 1 – Temas que predominaram nos portais duram o período eleitoral



Fonte: Autoras (2023).

Através da nuvem de palavras e dos números apresentados acima é possível identificar o predomínio e a importância dada pelos portais na temática eleições. Vale ressaltar também que a maioria dos conteúdos de opinião, 9 de 13 publicações, também foram sobre a temática política e eleições 2022. A temática violência também aparece em destaque e abrange notícias e reportagens sobre violência obstétrica, sexual, policial e cibernética contra as mulheres.

Sobre as eleições 2022, identificou-se que a cobertura passou por três eixos temáticos principais: divulgação de candidaturas ou sobre candidaturas (22); oposição ao governo Bolsonaro ou à pessoa Bolsonaro (13); e informações sobre sistema e contexto político eleitoral (14). As publicações identificadas como opinião ou editorial não foram consideradas.

A partir desta etapa do trabalho, apresentamos os resultados parciais da análise de cobertura, demonstrando características gerais identificadas somente no eixo temático das candidaturas. Entre os resultados preliminares, foi possível identificar que a divulgação de candidaturas foi realizada somente durante as campanhas do primeiro turno, com publicações que ressaltaram candidatas com pautas feministas, LGBTQIAP+ inclusivas, antirracistas e com foco em direitos humanos. Após o primeiro turno e com a

ida dos candidatos Jair Messias Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para o segundo turno na disputa pela presidência, os portais assumem a postura de fazer frente à defesa da candidatura de Lula e oposição clara ao candidato Bolsonaro.

Na contagem de publicações de cada portal sobre candidaturas, o *Catarinas* teve 13 reportagens, o *Gênero e Número* 4 e o *Nós, Mulheres da Periferia* 5, totalizando 22 publicações. O formato de texto mais presente entre as postagens foi a entrevista (11), isso porque o *Catarinas* realizou uma chamada no dia 6 de setembro de 2022, para candidatas feministas, antirracistas e LGBTQInclusivas responderem um questionário com propostas de campanha. O objetivo foi fazer uma cobertura eleitoral com perspectiva de gênero e divulgar candidatas convergentes com a proposta¹⁰. As respostas desse questionário foram publicadas integralmente no formato de entrevista pelo portal. Pela cobertura do *Portal Catarinas*, que deu visibilidade para candidatas de Santa Catarina, a maioria das publicações foram regionais (13), além de 9 nacionais e nenhuma local. Vale ressaltar que a contagem foi feita com os três portais juntos, neste eixo temático, o *Catarinas* se destaca por ter feito uma cobertura particular na divulgação de candidaturas.

Uma preocupação na coleta também foi identificar quais são as principais fontes utilizadas pelos veículos. No total, foram 63 fontes mobilizadas e apenas uma notícia não utilizou fonte:

- 0 fontes: 1 reportagem;
- De 1 a 2 fontes: 14 reportagens;
- 3 a 5 fontes: 4;
- 5 ou mais fontes: 3.

Entre as fontes, 31 são de categoria primária e 32 secundárias.

Outro aspecto levantado é a representatividade ou grupo no qual elas se enquadram, de acordo com as classificações de (SCHMITZ, 2011):

¹⁰ Link da notícia: <https://catarinas.info/chamada-para-candidatas-feministas-antirracistas-e-lgbtinclusivas-de-sc/>. Acesso em: 27/06/2023.

Tabela 1 – Representatividade das fontes na cobertura política com perspectiva de gênero

Grupo ou representatividade	Quantidade das fontes
Notáveis	21
Referenciais	25
Especializadas	14
Testemunhais	2
Institucionais	1

Fonte: Autoras (2023)

O destaque é para o uso de fontes notáveis (21), considerando principalmente as candidatas, e para as referências (25). Três grupos não foram identificados na coleta: oficial, popular e empresarial. Isso evidencia a valorização dos portais em dar preferência para fontes mulheres notáveis e especialistas sobre a pauta, também o foco em trazer dados e documentos para agregar na reportagem.

Como há uma preocupação do trabalho em identificar a diversidade de fontes a partir da relação interseccional entre raça e gênero, essas duas categorias também foram observadas nas fontes citadas nas publicações. Nem todas as reportagens ou notícias identificaram todas as características das fontes, porém, foi possível observar que o portal *Nós, Mulheres da Periferia* deu preferência para ouvir mulheres negras em todas as matérias. Os outros dois portais também procuraram somente mulheres como fontes. As reportagens identificaram essas mulheres como 16 mulheres cis e 5 mulheres trans, outras 27 fontes foram identificadas apenas como mulheres. Apenas um homem negro aparece com fonte, por fazer parte da Coletiva Raízes com mais duas mulheres negras, que disputou o pleito para o cargo de deputada estadual de Santa Catarina¹¹. Algumas reportagens de divulgação de candidatas também identificam a sexualidade da fonte, como é o caso da reportagem “Carla Ayres é candidata feminista, antirracista e defende os direitos LGBTI+”¹², que identifica a candidata como Doutora em Sociologia pela UFSC e consultora de projetos na ONU, primeira vereadora lésbica de Santa Catarina. A raça também foi uma característica evidenciada em muitas publicações, 8 fontes foram identificadas como brancas, 22 negras e 4 indígenas, outras 13 fontes não identificam a raça.

¹¹ Link da reportagem de apresentação da Coletiva Raízes: <https://catarinas.info/coletiva-raizes-e-candidatura-em-defesa-da-superacao-do-racismo-em-santa-catarina/>. Acesso em: 27/06/2023.

¹² Link da reportagem: <https://catarinas.info/carla-ayres-e-candidata-feminista-antirracista-e-defende-os-direitos-lgbti/>. Acesso em: 27/06/2023.

Como resultado preliminar da análise de enquadramento dentro do eixo temático de candidaturas, foi possível verificar que os portais trabalham mais com o sentido de recomendação e/ou solução nesse período, colocando as candidatas como um futuro possível para o contexto político eleitoral. Também foi possível confirmar o que indica Costa (2018) ao relacionar esses portais com demarcadores da perspectiva feminista interseccional, assim como as rupturas com os padrões de veículos tradicionais, como propõem o jornalismo alternativo (OLIVEIRA, 2011).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, foram observados os aspectos gerais da cobertura jornalística política nos portais feministas *Catarinas*, *Gênero e Número* e *Nós, Mulheres da Periferia*. Ao todo, foram identificadas 48 publicações que tematizaram as eleições, dando visibilidade para mulheres candidatas e candidaturas LGBTQIAP+, fazendo oposição clara à candidatura do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro e trazendo informações importantes sobre o contexto político brasileiro e latino-americano. O trabalho apresentou resultados parciais da pesquisa de mestrado que agora continua levantando as características dos eixos temáticos: oposição ao governo Bolsonaro ou à pessoa Bolsonaro, com 13 reportagens; e informações sobre sistema e contexto político eleitoral, com 14 publicações. Para então, estabelecer os enquadramentos da cobertura.

Os resultados evidenciam o papel do jornalismo alternativo feminista na projeção de candidaturas de mulheres e na defesa da ampliação da democracia com a inserção das mulheres nos espaços de representação. O foco da reflexão foi caracterizar como esses veículos buscaram pautar e visibilizar as mulheres nas eleições de 2022. Durante a apresentação dos dados, fica clara a missão dos portais em evidenciar a presença de candidaturas femininas, assim como problematizar as desigualdades que existem na participação das mulheres no campo da política. Os resultados também revelam a contribuição do jornalismo ao inserir as candidaturas de mulheres como pauta na esfera pública. O jornalismo alternativo feminista representado pelos portais atua na defesa e ampliação da democracia com a inserção das mulheres nos espaços de representação.

REFERÊNCIAS

CHAHER, Sandra. Primeras aproximaciones al periodismo de género. In: CHAHER, Sandra; SANTORO, Sonia (orgs.). **Las palabras tienen sexo: introducción a un periodismo con perspectiva de género**. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007.

COSTA, Jessica Gustafson. **Jornalismo feminista: estudos de caso sobre a construção da perspectiva de Gênero no jornalismo**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2018.

JUSTIÇA ELEITORAL. TSE Mulheres. Disponível em: <https://www.justicaeleitoral.jus.br/tse-mulheres/>. Acesso em: 16/08/2023.

MATOS, Marlise. A violência política sexista, racista e interseccional: mapeando conceitos da violência política contra as mulheres. In: d'AVILA, Manuela (org). **Sempre foi sobre nós: relatos da violência política de gênero no Brasil**. 1.ed. Porto Alegre: Instituto E se Fosse Você, 2021.

OLIVEIRA, Dennis de. Jornalismo alternativo: um potencial para a radicalização da democracia. **Signo y Pensamiento**, v. 30, n.58, Jan./Jun. 2011.

SCHMITZ, A. **Fontes de notícias: ações e estratégias das fontes no jornalismo**. Florianópolis: Combook, 2011.

SERRANO, Pascual. **El periodismo es noticia: Tendencias sobre comunicación en el siglo XXI**. Quito: CIESPAL, 2011.